

(18677)**AS PLATAFORMAS DIGITAIS ENQUANTO NOVO INSTRUMENTO DE REGULAÇÃO À ESCALA LOCAL: O CASO DOS OBSERVATÓRIOS DE EDUCAÇÃO EM DOIS CONCELHOS****Susana Batista** (Portugal)¹; Liliana Pascueiro (Portugal)²; Paula Reis (Portugal)³; Isabel Flores (Portugal)⁴

1 - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, CICS.NOVA — Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal; 2 - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA); 3 - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)/ Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI.NOVA); 4 - CIES-Iscte

Numa era em que assistimos à “dataficação de tudo” (Mascheroni, 2020), também no contexto educativo os processos de transformação de diferentes aspetos da ação quotidiana em dados digitais (Williamson, 2017) se desenvolvem hoje numa escala sem precedentes. A recolha de dados em larga escala a vários níveis e áreas do sistema de ensino torna possível a construção de algoritmos e a disponibilização de informação em múltiplos formatos, que configuram uma nova forma de representar a realidade social (Jarke & Breiter, 2019) e de agir.

Novos instrumentos, alicerçados em extensas e complexas bases de dados, têm contribuído para alterar os processos de formação de opinião, tomada de decisão e “governança por meio de dados” (Grek, 2009; Grek, Maroy & Verger, 2021). É o caso das plataformas digitais – enquanto dispositivos apoiados na internet com diferentes componentes, distintos utilizadores e pontos de acesso, facilmente acessíveis em qualquer meio eletrónico (Meira, 2021) – onde a informação é gerada em tempo real e disponibilizada a um conjunto diversificado de atores. A par de expectativas de maior transparência, responsabilização, participação e orientação da ação, a crescente dataficação suscita também receios relacionados com vigilância, controlo, privacidade, relações de poder e desigualdade (Jarke & Breiter, 2019).

Na esteira de Williamson (2017), segundo o qual não se pode compreender o papel e as consequências dos dados digitais sem os relacionar com outras características do sistema educativo, abordamos a relação entre os processos de dataficação e as formas de regulação e de accountability (Grek, Maroy & Verger, 2021). Em Portugal, a investigação que se debruça sobre os processos e efeitos das plataformas digitais têm-se focado nas plataformas da administração central e do seu uso enquanto instrumento de regulação (Lascoumes & Le Galès 2014), permitindo novas formas de controlo remoto (Barroso, 2018) e de padronização das organizações escolares (Catalão & Pires, 2020). Neste ambiente datafocado, os atores escolares veriam a sua ação limitada face a plataformas que permanecem opacas e não transformáveis (Meira, 2021). Porém, estudos internacionais têm reportado ganhos de eficiência e eficácia na gestão escolar (Shah, 2014), bem como a utilidade das ferramentas para os processos de aprendizagem quando as escolas beneficiam de apoio especializado (Schildkamp K, Poortman C, Handelzalts A, 2016).

Nesta comunicação, focamo-nos na construção e uso de plataformas digitais pelas Câmaras Municipais, partindo de projetos de investigação envolvidos na criação de Observatórios de Educação e algoritmos de antecipação de (in)sucesso escolar em dois municípios. Através da análise das plataformas em construção, da documentação de suporte à sua elaboração e de entrevistas a responsáveis das Câmaras Municipais (políticos e técnicos) e especialistas informáticos envolvidos, procura-se compreender quais as visões destes atores sobre as finalidades e o papel das plataformas digitais na relação entre o poder local e as escolas.

Os resultados obtidos permitir-nos-ão discutir a reconfiguração do papel das Câmaras Municipais na regulação da educação e a sua (transformada) relação com as escolas, num contexto de descentralização e transferência de competências, bem como o potencial uso das plataformas digitais como base para processos de accountability de desempenho.

Referências

- Catalão, A. P.; Pires, C. (2020). As plataformas informáticas como instrumentos de regulação da organização e gestão escolar. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, nº especial, 85-110. <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2020.8502>
- Barroso (2018). A transversalidade das regulações em educação: Modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. *Educação & Sociedade*, 39(145), 1075-1097. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302018214219>
- Grek, S.; Maroy, C.; Verger, A. (2021). Introduction: Accountability and datafication in education: Historical, transnational and conceptual perspectives. Em *World Yearbook of Education 2021. Accountability and Datafication in the Governance of Education*. Routledge: London and New York.
- Grek, S. (2009). Governing by numbers: the PISA ‘effect’ in Europe. *Journal of Education Policy*, 24 (1), 23-37.
- Jarke, J. ; Breiter, A. (2019) Editorial: the datafication of education, *Learning, Media and Technology*, 44:1, 1-6, doi: 10.1080/17439884.2019.1573833

- Lascoumes, P. ; Le Galès, P. (2004). L'action publique saisie par ses instruments. Em Gouverner par les instruments (pp. 11-44). Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Mascheroni, G. (2020). Datafied childhoods: Contextualising datafication in everyday life. *Current Sociology Review*, 68(6), 798-813.
- Meira, M. V. F. (2021). O cerco à autonomia das escolas: as plataformas eletrónicas na administração da educação. *Revista Portuguesa de Educação*, 34(1), 95-108. <http://doi.org/10.21814/rpe.18365>
- Shah, M. (2014). Impact of Management Information Systems (MIS) on School Administration: What the Literature Says. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 116, 2799-2804. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.01.659>
- Schildkamp, K.; Poortman, C.; Handelzalts, A. (2016). Data teams for school improvement, *School Effectiveness and School Improvement*, 27(2), 228-254.
- Williamson, B. (2017). Introduction. Learning machines, digital data and the future of education. Em Williamson, B. *Big Data in Education. The digital future of learning, policy and practice*. Sage: London, Thousand Oaks, New Delhi, Singapore.